

Artigo

Povoados do Município Sitio Novo do Tocantins: agricultores empobrecidos no arranjo do desenvolvimento capitalista do Bico do Papagaio

Lucielton Ferreira Cruz*
Mariléa Borges de Lima Salvador**

Resumo

O artigo discute a formação social dos povoados situados em Sítio Novo do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, analisando-os como espaços marcados pela pobreza e pela precarização decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista de fronteira no antigo norte de Goiás. O objetivo é demonstrar como a constituição desses povoados são determinadas pelas dinâmicas econômicas e políticas impostas pela expansão do capital na Amazônia. Orientado pelo referencial teórico-metodológico crítico-dialético de base materialista, amplamente utilizado nas pesquisas do Serviço Social, o estudo adota uma abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos e documentais, apoiada pela observação participante e realizado com análise dos dados apresentados e abstraídos nas leituras das referências bibliográficas. A estrutura do texto organiza-se em duas partes articuladas. A primeira examina as raízes socio-históricas e político-econômicas da constituição dos povoados e de outras comunidades tradicionais, compreendendo-as como expressão do processo de ocupação da Amazônia enquanto fronteira do capital. A segunda parte analisa a formação específica dos povoados da Amazônia Oriental, na região do Bico do Papagaio que abrange o Sul do Pará e Maranhão, e o Norte do Tocantins que se destaca como área de expansão econômica e demográfica. Conclui-se que os povoados constituem lugares sociogeográficos de exploração da força de trabalho camponesa, fundamental para a produção de mercadorias e a acumulação capitalista nos empreendimentos rurais.

Palavras-chave: Bico do Papagaio. Comunidades Tradicionais. Desenvolvimento da Amazônia. Desenvolvimento Capitalista. Povoados.

Villages in the Municipality of Sitio Novo do Tocantins in the Bico do Papagaio Region: Impoverished Farmers in the Arrangement of Capitalist Development

Abstract

This article discusses the social formation of villages located in Sitio Novo do Tocantins, in the Bico do Papagaio region, analyzing them as spaces marked by poverty and precariousness resulting from the capitalist frontier development process in the former northern Goiás. The objective is to demonstrate how the constitution of these villages is determined by the economic and political dynamics imposed by the expansion of capital in the Amazon. Guided by the critical-dialectical theoretical-methodological framework of a materialist basis, widely used in social work research, the study adopts a qualitative approach, with bibliographic and documentary procedures, supported by participant observation and carried out with analysis of the data presented and abstracted in the readings of the bibliographic references. The text is structured in two articulated parts. The first examines the socio-historical and political-economic roots of the constitution of the villages and other traditional communities, understanding them as an expression of the process of occupation of the Amazon as a frontier of capital. The second part analyzes the specific formation of settlements in Eastern Amazonia, in the Bico do Papagaio region, which encompasses southern Pará and Maranhão, and northern Tocantins, standing out as an area of economic and demographic expansion. It concludes that these settlements constitute socio-geographical sites of exploitation of peasant labor, fundamental for the production of goods and capitalist accumulation in rural enterprises.

Keywords: Parrot's Beak. Traditional Communities. Amazon Development. Capitalist Development. Villages.

* Mestrando em Serviço Social na Universidade Federal de Tocantins.

E-mail: lucieltonferreiracruz@gmail.com

** Pós-doutoranda em Desenvolvimento Rural e Agroecologia na Universidade Federal de São Carlos.

E-mail: marileasalvador@gmail.com

O presente estudo foca na compreensão da formação sócio-histórica e cultural das comunidades de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, incluídas nas categorias de povoados e/ ou comunidades da Amazônia Oriental, ilustradas pelo município de Sítio Novo do Tocantins, pertencente ao território do Bico do Papagaio.

2 Fundamentada na formação regional e evidenciada pela dinâmica social dos povoados da Amazônia Oriental, o artigo reflete sobre a realidade social da população do mundo rural, historicamente chamados de lavradores, colonos ou até sertanejos, pouco reconhecidos como produtores do campo. Subordinados a ordem social capitalista que é marcada por dois espaços de organização social e trabalho: a primeira é organizada na produção agrícola privada, onde vendem sua força de trabalho para exploração de mais valia; e a segunda se baseia na agricultura familiar que é definida como uma unidade de produção gerenciada pela família, em que a maior parte ou toda a produção é da unidade familiar (Monteiro *et al*, 2024), amparada na Política de Agricultura Familiar e que define ações voltadas para o desenvolvimento e fortalecimento de pequenos produtores rurais.

No curso de sua dinâmica social, esses trabalhadores organizaram-se em comunidades rurais constituídas com base no modelo de desenvolvimento do interior do país, orientado pelo modo de produção capitalista, especialmente no contexto amazônico. Assim se formaram os povoados que deram origem aos municípios do Bico do Papagaio, entre os quais se destaca Sítio Novo do Tocantins e seus agrupamentos rurais.

Esses povoados representam a reunião de trabalhadores que se estabeleceram progressivamente nas áreas mais longínquas da região, sobretudo nas proximidades de fábricas rurais e fazendas modernizadas que passaram a contratar mão de obra para atividades agrícolas em expansão. Conservam, ainda, uma identidade profundamente marcada pelo trabalho no campo e por expressões culturais diversas que compõem o mosaico sociocultural do mundo rural amazônico.

O estudo é orientado pelo referencial teórico-metodológico crítico-dialético de base materialista, amplamente empregado nas pesquisas sociais desenvolvidas no Serviço Social, adotando abordagem qualitativa com procedimentos

bibliográficos e documentais, apoiado pela observação participante e análise dos dados apresentados nas referências bibliográficas, de modo que os argumentos produzidos sejam resultados da interpretação de textos científicos e de documentos oficiais que registram a trajetória dos povoados analisados.

Com vistas a alcançar seu propósito, o artigo organiza-se em duas partes. Na primeira, discute a constituição dos povoados amazônicos como formações socioculturais estruturadas a partir da década de 1950, no contexto da modernização da Amazônia e da industrialização capitalista do Brasil. Já na segunda parte, analisa-se o desenvolvimento capitalista na Amazônia Oriental, especialmente no território do Bico do Papagaio, que abrange o sul do Pará, o sul do Maranhão e o norte do Tocantins consolidado, ao final dos anos 1980, como uma das principais fronteiras econômicas da região. Esse processo desencadeou impactos significativos, que vão desde conflitos agrários e de classe até a expansão dos povoados posteriormente transformados em municípios, como o caso de Sítio Novo do Tocantins.

Por esse viés, este estudo tem por objetivo demonstrar como a formação sócio-histórica e cultural dos povoados do Bico do Papagaio, ilustrado pelos povoados que compõem o município de Sítio Novo do Tocantins, expressa as determinações do desenvolvimento capitalista de fronteira na Amazônia Oriental e como esse processo moldou as condições de vida, trabalho e organização social dos agricultores proletarizados da região.

3

1. Povoados na Amazônia Oriental: formações socioculturais no desenvolvimento capitalista

No sentido etimológico da palavra, povoado significa lugarejo ou pequena localidade – aquele que se povoou, de acordo com o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Com esta significação, temos em mãos uma categoria estudada pelas ciências sociais e humanas, também abordada pelo Serviço Social e no qual este artigo se desenvolve, sobretudo, no quadro de abordagem das questões sociais da Amazônia Oriental.

Na visão de Souza (2001), foi no período formado entre 1965 e 2000 que a Amazônia se tornou a grande fronteira econômica do mundo, a maior e mais cobiçada, segundo os próprios amazônidas. Esse processo, marcado por intensas

transformações socioeconômicas, foi vivenciado com profundo sofrimento pelos moradores dos povoados, que sentiram diretamente os impactos dessas mudanças.

A ordem capitalista foi a modernização de uma área naturalmente e socio-historicamente rural, através da industrialização cuja única finalidade era a subtração das riquezas da região para fomentar a acumulação de capital. As repercussões dessa ordem transformaram o desenho demográfico, social e cultural da região.

4

O desenvolvimento do capitalismo, principalmente no que diz respeito a sua expansão no Brasil e na Amazônia, leva em consideração que a acumulação do capital se dá pela multiplicação de seus recompensados, no sentido de que o capital passou a adotar formas além dos salários para se apropriar da força de trabalho e da mercadoria, nunca deixando de ostentar o lucro (Herrera, 2012).

Desta forma, aportes financeiros significativos foram instalados na região, marcando a época dos grandes investimentos de economia extrativista, cujos resultados apresentaram o aumento exorbitante da riqueza das oligarquias e a aceleração do desenvolvimento capitalista.

De acordo com Herrera (2012) o desenvolvimento capitalista não elimina rapidamente as formas não capitalistas, pois em determinadas condições mantém essas relações e as adaptam a seus interesses para garantir a apropriação do excedente gerado, subordinando direta e indiretamente o processo de produção.

Considerando esse cenário, a ocupação econômico-demográfica da região provoca, entre os principais efeitos, a deterioração do meio ambiente e da vida dos camponeses, índios e trabalhadores. Nesse contexto, deteriorar significa prejudicar, desorientar, desorganizar, desvalorizar os grupos sociais da recôndita Amazônia, povos, comunidades, caboclos da floresta e rios, do mundo rural, inquietados com a chegada dos grandes projetos de desenvolvimento para a região.

De acordo com Souza (2001) grandes projetos de desenvolvimento estão no Brasil desde 1956, quando a região abrigou a Indústria e Comercio de Minérios (ICOMI) no Amapá, para explorar e exportar o manganês, poucos anos antes da instalação da *King Ranch of Texas* que associada à *Swift-Armour* do

Brasil, criou uma fazenda de 180 mil acres em Paragominas, no Pará. Logo após, em 1967, o Estado brasileiro doa três milhões e meio de hectares ao empresário Norte-americano Daniel Ludwig, para dar início ao Projeto Jari, também no Pará.

Um pouco mais tarde, a região instala o “*Projeto Carajás, província mineral no território paraense, para exploração de vários minérios*” (Souza, 2001, p. 208), sob a gestão da estatal Companhia Vale do Rio Doce. Ainda comandada pela Vale, a empresa japonesa *C. Itoh*, constrói, em 1974, a Alunorte, fábrica de alumínio, juntamente com a usina hidrelétrica de Tucuruí.

Vale ressaltar que todos os projetos imprimiram duas situações vexatórias do ponto de vista da justiça social. A primeira diz respeito as obrigações tributárias, pois todos os empreendimentos foram instalados com isenção fiscal. A segunda refere-se ao fato de que ocuparam imensidões de área de terra e construíram imensas fazendas com projetos de indústrias agrícolas, atraindo e captando uma multidão de camponeses, pequenos agricultores, iludidos com o sonho de uma vida social moderna, mas segura e sofisticada por meio do salário que eles acreditavam ser justo e satisfatório.

Outro feito amazônico de modernização da região foi a construção da Transamazônica, em conjunto com investimentos em infraestrutura, transportes e modernos sistemas de comunicação.

No dia 1º de setembro de 1970, as obras da Transamazônica foram iniciadas, abrindo um período de perplexidade quanto a sua necessidade. A justificativa principal dos militares era a integração nacional, mas o traçado da Transamazônica, ligando o nordeste miserável a Amazônia pobre, não ajudava muito a reforçar os argumentos governamentais (Souza, 2001, p. 211).

Todos esses movimentos de construção da Amazônia como fronteira econômica do desenvolvimento capitalista, desembocaram em um processo demográfico provocado por intensa migração interna. Além de ocupar a região, a ordem social era de colonização, um tipo de colonização poderosa com o domínio de lavradores empobrecidos, sobreviventes de modos dispersos pelos rincões do país, sem apoio público, servindo como presas fáceis para a dominação capitalista que se intensificava na região, e precisava explorar a força de trabalho disponível, barata e cedida para o processo político e econômico que se gestava na Amazônia.

Atualmente, a fronteira agrícola amazônica vem se expandindo de forma mais diversificada, impulsionada pelo avanço da tecnologia (Vieira Filho, 2016, p. 89) e pela necessidade de acompanhar as exigências do desenvolvimento do agronegócio, que, desde o final da década de 1970 vêm se expandindo em nome do capital agrário, produzindo divisas econômicas, mas acirrando as diferenças e a dominação de classe no mundo rural, abrindo espaço para a criação de “políticas públicas de desenvolvimento regional, inclusive em regiões tradicionalmente desfavorecidas” (Vieira Filho, 2016, p. 90).

As políticas que atendem a todas as categorias de grupos e classes sociais envolvidas, como na criação do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), criado para fazer o acompanhamento público da expansão agrícola no Cerrado, que cresceu cerca de 22% da superfície do território brasileiro, conforme Vieira Filho (2016, 90), principalmente, na produção de grãos. Todavia, todas essas iniciativas representam políticas de colonização da Amazônia desenvolvidas, a princípio pelo Incra, quando o Estado precisava assentar “os colonos ao longo das rodovias abertas, principalmente a Transamazônica” (Carvalho *et al.*, 1979, p. 195). São assentamentos que beneficiaram poucos, pois a maior parte dos migrantes buscou refugiar-se em locais onde a terra estivesse disponível, formando paulatinamente, os povoados e lugarejos nas proximidades dos grandes projetos, localizados, principalmente no Sul do Pará, Sul do Maranhão e no extremo Norte de Goiás, mais tarde transformado em Tocantins.

Em tal processo de assentamento espontâneo ao redor de empresas que controlam terra e capital, os pequenos produtores vão se organizando em busca de terra e de trabalho, definindo para a Amazônia um cenário marcado pela “presença maciça de lavradores sem-terra” (Carvalho *et al.*, 1979), com seus padrões socioculturais submetidos aos empreendimentos extensivos.

Ao longo do baixo e médio Tocantins, a migração na Amazônia Oriental foi se desenvolvendo também em torno da extração da castanha do Pará, principalmente em Marabá e Conceição do Araguaia. Por consequência, tornou estas localidades um polo econômico, que mais tarde se tornaria a região do Bico do Papagaio, englobando 25 municípios do Tocantins, 16 do Maranhão e mais os 25 do Pará.

Carvalho *et al.*, (1979) afirma que nos anos de 1960 e 1970, Marabá foi o primeiro polo demográfico-econômico da região, e ao final da década seguinte formaria o Bico do Papagaio, com seus inúmeros povoados que perduram até a atualidade, dedicando-se à agricultura e que se transformou de subsistência (produção de alimentos para consumo próprio) para a agricultura familiar (produção de alimentos para comercialização) diante das pressões socioeconômicas da pecuária extensiva.

Outro fator da migração interna que forçou a formação dos povoados erguidos entre o Sul do Pará e do Maranhão e o extremo Norte do Tocantins, pode ser confirmado com a construção e consolidação da Rodovia Belém/Brasília. A partir da mobilidade facilitada por essa Rodovia, a área da Amazônia passa a receber trabalhadores de todas as regiões do país, criando uma miscelânea de valores, costumes e padrões culturais nos vários povoados.

Formados por “lavradores sem nenhuma dotação de capital próprio, com baixos níveis de conhecimentos gerais e, por vezes, viciados pela herança de um rudimentarismo técnico notório”, como afirmam Carvalho *et al.* (1979, p. 240) ao citarem Wood e Schmink (1977), esses grupos revelam não apenas o caráter proletário desprovido dos elementos básicos de cidadania, mas evidenciam as determinações de um modo de vida particular.

Trata-se de um modo de existência marcado por características específicas que moldam, de forma duradoura, as relações socioculturais, as vivências, as histórias e os modos de produção das comunidades rurais amazônicas. É nesse contexto que se inserem os povoados, descritos por Martins (2019, p.14) como “cenários antiurbanos de problemas sociais”, expressão que sintetiza a complexidade e as desigualdades que permeiam esses territórios.

Partindo do pressuposto das formações socioculturais e grupos constituídos nos vários processos de colonização e miscigenação por qual passou a região amazônica (Lira; Chaves, 2016), os povoados configuram segmentos sociais com propriedades de identidade sociocultural e política própria, cuja modalidade de sobrevivência e relações político-organizativas se constituem por meio de suas tradições, organização produtiva e das relações históricas estabelecidas no território.

Apoiada nas análises do IBGE (2010), Ferraz (2011) alude a formação, consistência e significado dos povoados como instancias coletivas com características exclusivas, no que diz respeito a formação de laços familiares e parentesco estabelecidos pelos costumes originários camponeses, de caráter eminentemente rurais, com características peculiares, específicas que se convencionou chamar de zona rural. Por esse viés, eles formam uma organização coletiva definida e organizada por uma espacialidade particular, cujas moradias são construídas em proximidade umas das outras, porém deixando espaço suficiente para a construção de ruas.

Na dinâmica das relações comerciais, o povoado, em proposições diferentes, influi na cidade e vice-versa. Esse fenômeno é analisado por Martins (2019) quando observa como as cidades construídas na selva, que são pequenas comunidades em processo de desenvolvimento e gradual aproximação com o *modus vivendi* urbano, foram transformados em cidades. Assim, temos o caso do município de Sítio Novo do Tocantins, criado no extremo Norte do Tocantins, em meio ao mundo rural da Amazônia Oriental, desenhado pelo desenvolvimento capitalista empreendido no velho Norte goiano.

2. Povoamento na região do Bico Do Papagaio: Formação de Sítio Novo do Tocantins

No Tocantins, grande parte das regiões teve origem no desenvolvimento de pequenos municípios formados a partir do crescimento dos povoados. Esses espaços eram comumente habitados por grupos sociais conhecidos como lavradores e/ou colonos, direcionados para a grande fronteira econômica do país. Esses grupos, posteriormente, seriam transformados em agricultores familiares residentes em comunidades rurais, socioculturalmente reconhecidas como povoados.

Nesse período, na frente de expansão, houve tanto a disseminação de aglomerados espontâneos, os chamados povoados, por populações excedentes de áreas de ocupação tradicional, ou de áreas de antigos e decadentes seringais ou atraídas pela perspectiva do desenvolvimento econômico futuro, decorrente do deslocamento da frente pioneira na retaguarda. No geral, localidades sem edificações e obras próprias do que em nossa cultura se define como urbano: a escola e a igreja. Não obstante, muitos desses povoados, nos últimos trinta anos, tenham se tornado sede de municípios (Martins, 2019, p. 18).

Parte consequente do movimento sócio-histórico da colonização da Amazônia, de forma pacífica, na maioria dos casos, os povoados são iniciativas de lavradores e pequenos produtores que saíram em busca de solucionar o problema da falta de terra que enfrentaram em sua localidade natal, principalmente para encontrar trabalho assalariado nas fazendas, moradia própria, segura e de acordo com seus padrões socioculturais de sujeitos rurais, embora enfrentando condições insalubres de trabalho e relações inseguras que costumam deixar os empregados ao movimento da sua própria sorte. Esses são os casos dos peões e dos trabalhadores agrícolas.

O trabalho assalariado nas fazendas, além de se exercer nas piores condições e na maior exploração, não apresenta garantia alguma para o futuro. O peão é utilizado nas fases preparatórias de implantação de pastagens artificiais, derruba, queima, plantio de arroz e milho durante um ou dois anos e plantio do capim. Uma vez formado o pasto, a fazenda deixa lugar permanente só para dois ou três vaqueiros em cada 1.000 há; trata-se de cargos de confiança do fazendeiro, as vezes mais bem remunerados. Os peões formam uma massa anônima de trabalhadores facilmente substituíveis, ignorados pelo fazendeiro; sua situação empregatícia é das mais precárias e instáveis. É a mais nômade das existências (Carvalho *et al.*, 1979, p. 163).

9

É justamente essa inconsistência e vulnerabilidade intensa nos contratos de trabalho dos peões de fazenda, que colocam esses trabalhadores à mercê do surgimento de espaços de trabalhos a serem ocupados várias vezes durante o ano. Acompanhada da necessidade natural de formar família, o peão de fazenda busca intensamente um lugar para morar nas proximidades de onde sempre haverá trabalho, mesmo precarizado.

Um pouco diferente é a situação do trabalhador agrícola nas explorações voltadas para a produção agrícola e hortigranjeira como ocorre nos pimentais, nas granjas ou nos seringais. Essa condição é compatível com a fixação e permanência no mesmo lugar; às vezes, além disso ela familiariza com novos tipos de cultura que podem ser empreendidos posteriormente, por conta própria. Poderia ser, portanto, uma alternativa interessante para a mão-de-obra excedente se aos lucros elevados desses empreendimentos correspondessem salários decentes para os trabalhadores. (Carvalho *et al.*, 1979, p. 163).

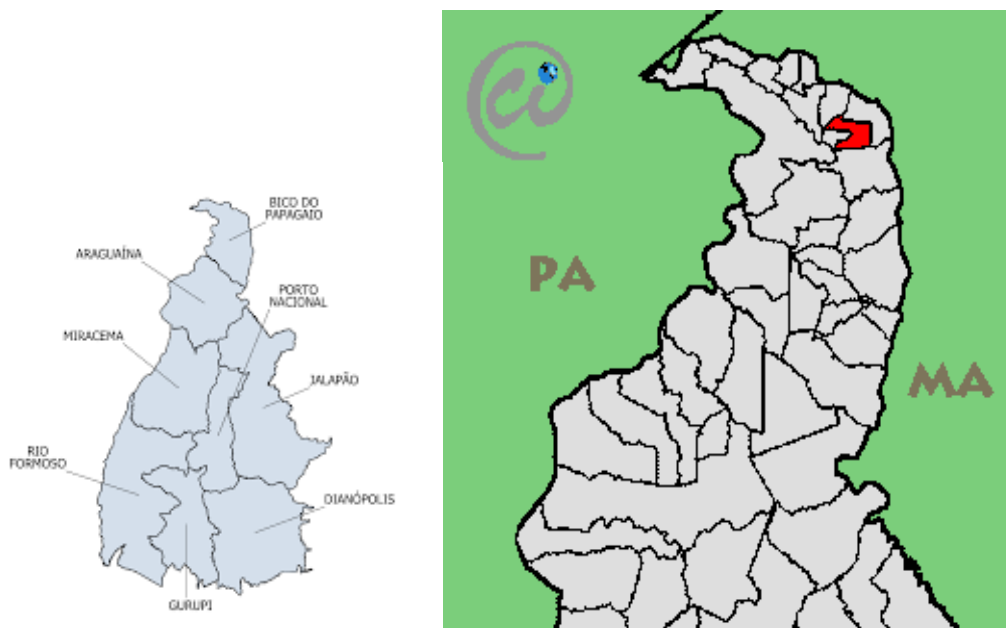
Percebe-se que, embora a atividade laboral do trabalhador agrícola lhe ofereça maior segurança contratual e certa estabilidade nas relações de trabalho, isso não elimina a profunda precarização que caracteriza suas condições laborais. Com remunerações frequentemente inferiores ao salário-mínimo oficial, esses trabalhadores permanecem em situação de pobreza,

incapazes de suprir plenamente suas necessidades básicas. Como consequência, encontram-se distantes de uma vida mais digna e satisfatória, tanto no aspecto financeiro quanto na autonomia necessária para gerir sua própria força de trabalho. Esse cenário os impulsiona a romper com a terra onde prestam serviços e a buscar o acesso à terra própria, preferencialmente localizada próxima aos grandes projetos agrícolas, que lhes possibilitem manter o emprego ao mesmo tempo em que desenvolvem iniciativas produtivas autônomas.

10 Vale ressaltar que esses dois tipos de trabalhadores se formam em torno dos grandes projetos agropecuários e/ou agrícolas investidos como ações de colonização, ocupação e desenvolvimento da maior riqueza natural do planeta, a Amazônia. Esse processo de ocupação é causado pela migração interna fomentado pela ideologia e política econômica capitalista de exploração da Amazônia.

Esta é a consistência pregressa da realidade dos sujeitos que formaram os povoados localizados em Sítio Novo do Tocantins. O município teve origem em um antigo povoado denominado Sítio Novo de Goiás, fundado em 1948 “em torno de um rancho construído por caçadores, num antigo sítio” (Tocantins/Seplan, 2017, p. 8). Situado na região do Bico do Papagaio, “área transfronteiriça entre os estados brasileiros do Maranhão, Tocantins e Pará [...], semelhante a um ‘bico de papagaio’, com a confluência dos rios Araguaia e Tocantins” (Santos, 2019, p. 1).

Figura 1 – Localização do município de Sítio Novo, Tocantins.



Fonte: Melo et al., (2021)

O município de Sítio Novo do Tocantins foi erguido “em função da caça abundante na região, o município de Sítio Novo de Goiás, localizado no Vale do Tocantins, teve sua origem com as famílias de Pedro Lima, Manoel Ferreira de Castro e Firmo Luterano, que ali se fixaram por volta de 1948”, conforme informa o estudo apresentado no *Perfil Socioeconômico dos Municípios- Sítio Novo do Tocantins*, elaborado pela Tocantis/Seplan (2017, p. 8).

O povoado começou a formar-se em torno de um rancho construído por caçadores, num antigo sítio. Com a construção de novas moradias, a área passou a ser denominada de Sítio Novo. Nessa localidade, os primeiros habitantes dedicaram-se à agricultura e à exploração de amêndoas de babaçu. Paralelamente, surgiram os pequenos estabelecimentos comerciais e as atividades industriais incipientes. Somente após a construção de uma capela, dedicada ao Sagrado Coração de Maria, padroeira da cidade, e de uma escola pública, o povoado experimentou um rápido desenvolvimento e foi elevado à categoria de distrito, através da Lei Municipal nº 01, de 09 de fevereiro de 1963, subordinado jurídico-administrativamente a Itaguatins. Outra Lei Municipal, a de nº 06, de 27 de março do mesmo ano, fixou seus limites distritais e mudou seu nome para Sítio Novo de Goiás. Ainda em 1963, a Lei do Estado de Goiás n.º 4.683, de 14 de outubro, elevou o Distrito de Sítio Novo de Goiás à categoria de Município, desmembrando-o de Itaguatins. Por força do Decreto Legislativo nº 01, Artigo 4º, publicado no D.O./TO do dia 01 de janeiro de 1989, recebeu a denominação de Sítio Novo do Tocantins (Tocantis/Seplan, 2017, p. 8).

Tomando por base os indicadores sociais do Município, os dados apresentados expõem um quadro de vulnerabilidade social no contexto da população de Sítio Novo do Tocantins. Ocupando a “4.055ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 4.054 (72,85%) municípios estão em situação melhor e 1.511 (27,15%) municípios estão em situação igual ou pior” (Tocantis/Seplan, 2017, p. 19). Sítio Novo do Tocantins se encontra na 108ª posição em relação aos 139 outros municípios de Tocantins.

Seu território é caracterizado por ser uma região pobre, com baixo PIB per capita, relativamente populosa e fortemente influenciada pela agricultura familiar, notadamente pela pressão exercida pelos movimentos sociais pela reforma agrária (Rodrigues; Cançado; Pinheiro, 2020). Mais da metade das famílias munícipes estão vinculadas ao Programa Bolsa Família, sobrevivendo com política pública/social de transferência de renda.

Historicamente, o Bico do Papagaio é um território formado sob tensões e conflitos geopolíticos oriundos de um processo histórico que entraram em cena inúmeros atores sociais, estabelecendo as suas redes e relações de poder no

espaço. Tais atores trazem a natureza rural na formação sociocultural e sociopolítica dos povos “indígenas, posseiros, ribeirinhos, pescadores, castanheiros, as quebradeiras de coco, garimpeiros, sem-terra, quilombolas, pecuaristas, a mineração e a hidroeletricidade. Todos esses, estão contrapostos na sociedade sob interesses adversos de classe social e de projeto de Estado, na ordem e dinâmica do desenvolvimento capitalista” (Santos, 2019).

12 Contudo, o processo entendido como desenvolvimento capitalista no Bico do Papagaio só foi institucionalizado, oficialmente e legalmente, a partir da década de 1960, quando a Amazônia Oriental passa a ser incorporada na política econômica nacional como um território fronteiriço, riquíssimo de recursos naturais, com diversidade sociocultural de difícil trato administrativo. Até a década de 1950, o território que compõe o Bico do Papagaio foi palco de um processo de ocupação aleatório, não planejado institucionalmente, ou seja, não dirigido pela política econômica estatal. Trata-se de um fenômeno que Silveira (2009, p. 205) definiu como “frentes de povoamento sertanejas que [...] vinham ocupando a região plasmando um mundo rústico, baseado na dependência direta dos homens com o ambiente natural, nas relações familiares e de vizinhança e, secundariamente, com o mercado através do comércio”.

A lógica da reprodução ampliada do trabalho na terra passa a se consolidar com a modernização da economia amazônica a partir da década de 1960, momento em que o capital passa a definir as relações de produção e trabalho. Esse processo se materializa na compra da força de trabalho “de um pequeno segmento de trabalhadores moradores, os vaqueiros, e, quando se faz necessário um maior emprego da força de trabalho, emprega-se grupos de trabalhadores sazonais, os peões” (Silveira, 2009, p. 206). Dessa forma, a reorganização produtiva imposta pelo capital redefine a estrutura laboral da região, incorporando diferentes categorias de trabalhadores conforme as demandas do processo produtivo. Assim, os povoados da região que formam o Bico do Papagaio, passaram a funcionar como uma fronteira econômica e política, marcada pelo estabelecimento de formas repressivas de dominação de força de trabalho.

Enquanto o antigo lavrador vivia agregado, e agora passa a ser trabalhador rural, necessitado de um lugar seguro para a moradia. Por conta disso, começa a ampliar o número de povoados em torno dos pequenos municípios, formados com a modernização do sistema econômico na grande fronteira socioeconômica denominada de Bico do Papagaio.

Formando uma das maiores regiões do Brasil, o Bico do Papagaio abrange os estados do Pará, Maranhão e Tocantins e recebeu essa denominação porque, ao se formar, o território tomou a forma de um bico de papagaio que converge para os rios Araguaia e Tocantins. Além do que “o Bico do Papagaio é uma área de confluências entre os biomas brasileiros do Cerrado e Amazônia com a mata de cocais, um espaço transicional entre ambos, com expressiva presença de babaçuais” (Santos, 2019).

a região do Bico do Papagaio passa a ser integrada por 66 municípios, sendo 25 no Norte de Tocantins, 25 no sul e sudeste do estado do Pará e 16 no sudoeste do Maranhão, conforme proposto pelo Ministério da Integração Nacional – MI (2009), integrantes da Amazônia Legal, com economia baseada na agropecuária e extração vegetal e mineral. Extrapolando, assim, os limites territoriais dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará (Santos, 2019, p. 2).

No que diz respeito ao Estado do Tocantins e seus municípios inseridos no Bico do Papagaio, estes se localizam no extremo Norte do Estado e compõem o “ecossistema de mata de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, comumente chamado de pré-Amazônia ou zona de ocorrência de babaçuais, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia” (Santos, 2022, p. 83).

Rico em diversidade ambiental, com recursos naturais e paisagens exuberantes, esta região tem sido palco de transformações sociais realizadas pela presença humana em busca de um lugar capaz de oferecer segurança em termos de sobrevivência. Desta forma, é retratada como “um território de migrações e de edificações e lugares de moradia, trabalho, emprego e modos de vida social capazes de produzir centros populacionais de convivência”, tais como os povoados espalhados pelos sessenta e seis municípios do Bico do Papagaio. (Santos, 2022, p. 82).

Nessa dinâmica não há como omitir que as transformações sociais efetivadas pela inserção dos homens na realidade do Bico do Papagaio estão cercadas de conflitos socioculturais e agrários enquanto formas de fazer a

ocupação do território, principalmente, porque nessa ocupação a história mostra a presença de duas categorias sociais antagônicas: os camponeses/lavradores e os capitalistas agricultores do agronegócio, considerando que:

o avanço da fronteira capitalista era resultado das políticas de desenvolvimento regional desprendidas pelos governos militares, a sua contestação por parte dos posseiros e povos tradicionais do Bico do Papagaio era motivo de repressão. Não obstante, por tradição, os camponeses e os demais povos tradicionais dessa região sempre foram muito organizados, sendo nesse aspecto ajudados tanto pela ala progressista da Igreja Católica, quanto por partidos políticos de esquerda, com destaque o PCdoB (Bó, 2021, p. 13).

14

Bó (2021) enfatiza que a região do Bico do Papagaio também marca sua historicidade com um cenário de dominação de classe social com marcas severas de violência e conflitos contundentes. Nesse contexto, encontramos o município de Sítio Novo do Tocantins desenvolvido a partir de uma comunidade que, no movimento paulatino de crescimento, englobou sete povoados inseridos em seu território. Cada um difere quanto a sua história, modo de viver, organização política e econômica. Entretanto, vivem em situação de vulnerabilidade social, carência de bens simbólicos, além de não contar com serviços sociais e políticas condizentes com a satisfação das necessidades básicas das populações do campo.

Considerações finais

Enquanto construções sócio-históricas e culturais de regionalização, os povoados têm sido elementos de sustentação dos processos demográficos, políticos e econômicos contemporâneos de diferentes localidades, em especial na região Norte brasileira, quando se trata da dinâmica do desenvolvimento capitalista,

O debate trouxe a luz o conceito de povoado, que são entendidos como pequenos espaços sociogeográficos organizados de forma aleatória e voluntariada por pessoas que instituem pela via comunitária seu lócus de vivência. Nesse contexto, e eles são iniciativas sociais edificadas sem o apoio do Estado, e por conta disso, se tornam lugares de escassez e necessidades sociais básicas que são orientados por valores, costumes e sistemas culturais trazidos por seus moradores.

Antes da fase desenvolvimentista da Amazônia, os povoados eram formados de acordo com as necessidades humanas de pessoas que precisavam simplesmente mudar de lugar, motivados por questões objetivas e subjetivas. No entanto, a partir de 1950, quando o capitalismo imperialista invade a Amazônia, com a construção da Transamazônica e da Rodovia Belém, os povoados tiveram novas formas de adaptação, cujo processo de efetivação formou a classe dos trabalhadores rurais e assalariados.

Na região do Bico do Papagaio, território que abrange sessenta e seis municípios distribuídos entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, os povoados mais desenvolvidos deram origem aos municípios que hoje compõem essa área. Entre eles, destaca-se Sítio Novo do Tocantins, apresentado neste estudo como uma ilustração da realidade que caracteriza os povoados atuais da região. Essa dinâmica resulta do modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia, conduzido pelo Estado em articulação com a lógica capitalista, que reorganizou o espaço rural e redefiniu as formas de ocupação e sobrevivência das populações locais.

15

Ao concluir a leitura e reflexão do debate em tela, passamos a entender que os povoados na Amazônia representam mais um processo social de desenvolvimento e de sustentação da política econômica capitalista, constituindo espaços para a acumulação de riqueza e lucro e de manutenção e aumento da dominação capitalista no campo. E na atualidade representam importantes espaços de fronteira agrícola a serviço da expansão do agronegócio, tratado como estratégia de desenvolvimento econômico brasileiro e, sobretudo, da Amazônia Oriental, a exemplo do Matopiba.

Analisados por este ângulo, os povoados na Amazônia e no Bico do Papagaio são lugares de expressões e manifestações da desigualdade social motivada pela luta de classes, que intensifica a pobreza com sua aparente carência da satisfação das necessidades básicas humanas e negação de direitos sociais básicos àqueles que lá sobrevivem sob o manto da penúria e da escassez de bens de cidadania, como é o caso da realidade social dos povoados localizados em Sítio Novo do Tocantins.

***Lucielton Ferreira Cruz** é Mestrando em Serviço Social na Universidade Federal de Tocantins. Especialista em Gestão de Políticas Públicas. Bacharel em Serviço Social. Secretário Municipal de Assistência Social de Sítio Novo do Tocantins – TO. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Serviço Social Crítico – GEPESSCRITICO/UFT/CNPq.

Contato: lucieltonferreiracruz@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2452221633911829>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6196-4887>

16

***Mariléa Borges de Lima Salvador** é Pós-doutoranda em Desenvolvimento Rural e Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos. Doutora em Serviço Social. Mestre em Educação Brasileira. Assistente Social. Docente do curso de Serviço Social, em graduação e pós-graduação (stricto e latu senso) da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Serviço Social Crítico – GEPESSCRITICO/UFT/CNPq.

Contato: marileasalvador@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9990418480532145>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1264-8870>

Recebido em: **13/06/2025**

Aprovado em: **07/02/2026**

Editor de texto: Sandro Adams

Editor-Chefe Discente: Sandro Adams

Como citar este texto: CRUZ, Lucielton Ferreira; SALVADOR, Mariléa Borges de Lima. Povoados do norte do Tocantins: proletarização de agricultores no arranjo do desenvolvimento capitalista. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229404, 2026.

Referências bibliográficas

BÓ, Francinaldo M. **Fronteira capitalista e conflitos territoriais: a região do Bico do papagaio/Tocantins**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2007.

CARVALHO, José A. M. de; MOREIRA, Morvan de M.; VALE, Maria do Carmo F. do. Migrações internas na Amazônia. In: COSTA, José Marcelino M. da (Org.). **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). Dicionário online de português. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FERRAZ, Elzimar Pereira N. **Lugar e parentela: educação de sujeitos em povoados no extremo norte do Tocantins**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2011.

HERRERA, José Antonio. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

17

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LIRA, Talita de M.; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.

MARTINS, José de Souza. A reinvenção da cidade na selva. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 11-33. 2019.

MELO, Juliana; ACACIO, Mariana; MILAGRES, Cleiton. O Programa Bolsa Família nas microrregiões do Tocantins: uma análise exploratória. **DESAFIOS**, v. 7, n. 4, p. 106–123, 2021.

MONTEIRO, Elideth Pacheco et al. Sucessão na agricultura familiar brasileira: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 9, p. 15729, 2024.

RODRIGUES, Waldecy; CANÇADO, Airton Cardoso; PINHEIRO, Lauro Santos. Gestão social comparada: territórios da APA Cantão e Bico do Papagaio no Tocantins. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 703–728, 2020.

SANTOS, Gleys Ially R. dos. Ribeirinhas na fronteira cerrado/Amazônia: um estudo de paisagens na região do Bico do Papagaio – TO. **GEONORDESTE**, Ano XXII, n. 2.

SANTOS, Luciano L. dos. **Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio: Pará, Tocantins e Maranhão**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

Secretaria do Planejamento e Orçamento do Tocantins. **Perfil socioeconômico dos municípios**: Sítio Novo. Palmas: Seplan, 2017.

SILVEIRA, Marcos César B da. **Herdeiros de Sísifo**: Trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960 – 1975). 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo. Rio de Janeiro: AGIR, 2001.

VIEIRA FILHO, J. E. R. A fronteira agropecuária brasileira: redistribuição produtiva, efeito poupa-terra e desafios estruturais logísticos. *In*: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, J. G.; CARVALHO, A. X. Y. de (Orgs.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília: Ipea, 2016.

WOOD, Charles H.; SCHMINK, Marianne. **Blaming the Victim**: Small Farmer Production in Amazon Colonization Project. Washington: 1978 (mimeog).